

Rondônia: Ocupação e Ambiente

DORISVALDER DIAS NUNES*

Resumo

Embora grande parte do território amazônico estivesse sob domínio espanhol, a prioridade para incursões exploratórias estava centrada na busca do ouro andino. Só a partir de 1539, os espanhóis organizaram uma expedição sob o comando de Gonzalo Pizarro, cujo objetivo era desbravar as terras de oeste para leste até chegar ao oceano atlântico. Ao atravessar a cordilheira andina a expedição sofreu muitas baixas face às dificuldades impostas pelo cenário natural, de sorte que, num dado momento, o grupo expedicionário se dividiu, devendo apenas um grupamento menor seguir adiante; este estava sob o comando de Francisco Orellana. Talvez Orellana não tivesse noção de seu feito, mas a verdade é que a Amazônia estava sendo efetivamente conhecida e, em 24 de agosto de 1542, ele chega ao Atlântico.

Palavras- Chave: Território, Amazônico e Domínio.

Abstract

Although great part of the amazon territory was under Spanish domain, the priority for exploratory incursions was centered in the search of the Andean gold. Only starting from 1539, the Spaniards organized an expedition under Gonzalo Pizarro's command, whose objective was to tame the west lands for east to arrive to the Atlantic ocean. When crossing the Andean cordillera the expedition it suffered many you lower face to the difficulties imposed by the scenery natural, lucky that, in a die moment, the expeditionary group became separated, just owing a smaller grupamento to proceed ahead; this was under Francisco Orellana's command. Perhaps Orellana didn't have notion of your fact, but the truth is that the Amazonian was being known indeed and, on August 24, 1542, he arrives to Atlantic Ocean.

Key-Words: Territory, Amazon and Domain.

O processo de ocupação em Rondônia pode ser traçado a partir de alguns recortes históricos, confundidos até com o movimento das grandes navegações, pós-conquistas Ibéricas.

O tratado de Tordesilhas, que dividia o "novo" continente entre as coroas de Portugal e Espanha, estabelecia que quase toda a Amazônia, inclusive o atual Estado de Rondônia, pertencia à Espanha.

Embora grande parte do território amazônico estivesse sob domínio espanhol, a prioridade para incursões exploratórias estava centrada na busca do ouro andino. Só a partir de 1539, os espanhóis organizaram uma expedição sob o comando de Gonzalo Pizarro, cujo objetivo era desbravar as terras de oeste para leste até chegar ao oceano atlântico. Ao atravessar a cordilheira andina a expedição sofreu muitas baixas face às dificuldades impostas pelo cenário natural, de sorte que, num dado momento, o grupo expedicionário se dividiu, devendo apenas um grupamento menor seguir adiante; este estava sob o comando de Francisco Orellana. Talvez Orellana não tivesse noção de seu feito, mas a verdade é que a Amazônia estava sendo efetivamente conhecida e, em 24 de agosto de 1542, ele chega ao Atlântico.

Obviamente essa expedição estabeleceu uma "rota mercantil" que viabilizou o adentramento de outros aventureiros europeus (ingleses, holandeses, franceses e portugueses) em terras espanholas, que buscavam entre outras coisas, a riqueza através do ouro, prata e pedras preciosas (COLLYER,1980).

Mas foram principalmente os portugueses que implementaram o processo de ocupação da Amazônia utilizando-se de três estratégias: a primeira relacionava-se à questão jurídico-política que, alicerçada pelo Tratado de Madrid (1750), garantia a posse da terra pela ocupação. Associado a isso, estava também a construção de fortificações militares, a exemplo do Forte Príncipe da Beira, cuja pedra fundamental de sua construção fora lançada em 20 de junho do ano de 1776 (LISBOA, 1990). A segunda era de cunho "religioso", pois os missionários tiveram papel importante na fundação de vilas e no "amansamento" dos nativos, trabalho este que era justificado pela pregação da "boa nova", no processo de catequização. Finalmente, a de cunho econômico implementada principalmente pelos bandeirantes paulistas que buscavam ouro no interior do País (em Rondônia tivemos a presença de

Raposo Tavares), e daqueles que buscavam as "Drogas do Sertão" (CARDOSO; MULLER, 1978; MEIRELES FILHO, 1986; SALATI et al., 1983).

Os ciclos econômicos da Borracha também tiveram seu destaque no processo de ocupação da Amazônia e, particularmente em Rondônia, quando no fim do século XIX, em torno de 80 mil retirantes Nordestinos aportaram no que hoje é o estado de Rondônia, conseqüência do problema referente à posse da terra e das áreas de ocorrência do semi-árido do Nordeste, associado ainda ao advento do primeiro ciclo da borracha. E como em outras áreas da Amazônia, os nordestinos, em particular os cearenses, penetraram os vales do Rio Madeira, Guaporé, Ji-Paraná, Machado, Jamari e Candeias (MESQUITA ; EGLER, 1979).

Para Rondônia, não só os ciclos da borracha mas, principalmente, o empreendimento da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, fruto do Tratado de Petrópolis (1903) celebrado entre o Brasil e a Bolívia, foi determinante no processo de ocupação, num momento em que se verificava o declínio da borracha no comércio amazônico que basicamente estava circunscrito a Manaus e Belém, cidades mais importantes na época. Deve-se ressaltar que a expansão e retração demográfica na região esteve associada à ascensão e declínio da produção gomífera, o que de certa forma explica o período de estagnação 1920 a 1950 que caracterizou a economia na Amazônia (CARDOSO; MULLER, 1978).

Foi no bojo das tentativas de diversificação da economia amazônica e do redimensionamento geopolítico da Região, que surgiu o Território Federal do Guaporé em 1943, através do Decreto Lei n° 5.812 de 13 de setembro do mesmo ano, durante o governo Getúlio Vargas, ato que configurou as atuais dimensões territoriais do Estado. Naquele período vivenciava-se a retomada da atividade extrativa do látex e em seguida o seu declínio em função do término da Segunda Grande Guerra.

Obviamente os possíveis impactos ambientais, decorrentes do processo histórico de povoamento descrito, são desprezíveis se comparados aos que se verifica na atualidade.

Em 1956, no governo do então presidente Juscelino Kubitschek, o território do Guaporé passaria a se chamar Território Federal de Rondônia pela Lei n° 2.731 de 17 de fevereiro de 1956. Até aquele momento Rondônia, bem

como a maior parte da região amazônica, encontrava-se numa quase total estagnação em termos das atividades econômicas, apesar das tentativas do governo de incrementar as atividades na região (BAHIANA,1991).

Foi com o início da lavra da cassiterita na década de 50, que se observou o incremento da atividade garimpeira, que de certo modo deu nova movimentação ao crescimento demográfico do então Território Federal. A garimpagem era manual e segundo SILVA (1984:111): "... o período áureo da garimpagem manual nesta região situa-se entre os anos de 1968 a 1972". Contudo a garimpagem manual teria seu fim através da portaria ministerial nº195/70, que determinou a proibição da garimpagem manual, no sentido de que a extração do minério fosse feita de forma mecanizada através de empresas. Essa atitude do Governo trouxe graves problemas sociais e econômicos, entre os quais a queda brusca de circulação de dinheiro no comércio local e o elevado número de desempregados.

No Governo Kubitschek observa-se o início do plano de integração da Amazônia ao restante do território nacional, com o chamado "Plano de Metas", implementando a construção de estradas e conseqüentemente o escoamento de minérios, a exemplo da cassiterita. Este plano também estabeleceria durante o governo JK, negociações em torno do mercado do minério de ferro, com a ampliação da tonelada a ser exportada, fruto de investimentos internacionais, legitimando a tutela dos bens minerais do Brasil, em especial da Amazônia, para governos estrangeiros, a exemplo do Governo norte-americano (OLIVEIRA, 1991).

Durante a década de 70, quando a BR-364, ainda não asfaltada, foi condicionada para tráfego permanente, as ações governamentais se fizeram mais contundentes no Estado. Dentre as iniciativas mais importantes, destacam-se a implantação e implementação dos projetos de colonização PIC- Projeto Integrado de Colonização e PAD- Projeto de Assentamento Dirigido.

A rodovia Cuiabá-Porto Velho notabilizou-se por ser uma importante artéria de acesso a Rondônia e à Amazônia Ocidental. Verifica-se a partir desse momento o incremento do fluxo migratório que era induzido por propagandas governamentais informando sobre o "novo eldorado", informações estas lastreadas pela ideologia da segurança nacional, levada a efeito pelo regime dos governos militares. Do ponto de vista do impacto

ambiental, é a partir da década de 70 que o modelo de desenvolvimento econômico provoca forte pressão sobre o meio ambiente amazônico notabilizando-se de forma progressiva o processo de degradação.

Esta situação agravou-se a partir da década de 80, quando o fluxo migratório se intensificou, caracterizando o fracasso quase que total dos projetos de assentamento. Três questões importantes configuram-se como causas principais para a intensificação da problemática ambiental em Rondônia:

a primeira foi a (re)construção e pavimentação da rodovia BR-364, tornando-se a principal artéria do fluxo e refluxo de populações e mercadorias;

a segunda é a transformação, do então Território Federal de Rondônia, no vigésimo terceiro Estado da União, através da Lei Complementar n° 41 de 22 de dezembro de 1981. Isso significou, entre outras coisas, maior autonomia no que tange à tomada de decisões, pois agora o antigo território teria liberdade para criar suas instituições de cunho administrativo direto e/ou indireto; liberdade também para conduzir uma política de pessoal, consentânea com as necessidades geradas pelo crescimento sócio-econômico e poderia administrar seu orçamento (SILVA,1984). Desta forma cria competência própria, capaz de gerenciar questões relevantes e de interesse do Estado.

Toda essa mudança política, social e econômica no Estado trouxe uma complexidade muito preocupante quanto às questões ambientais . A crescente valorização da terra passou a ser realidade palpável e

(...) novas forças entraram em jogo; grupos empresariais ou simples especuladores passaram também a se interessar pelas terras de RONDÔNIA, cujas posses ou domínio, tornaram-se objeto de interesse em intensas transações, compreendendo a compra de propriedades legítimas, aquisição de mera posse ou pretensão dela, até a grilagem (...) (SILVA, op. cit.:139).

Verificou-se também o aumento na oferta de empregos, criação e ampliação de governos municipais;

a terceira causa, foi a implantação do POLONOROESTE em 1980, no governo do General João Figueiredo, conforme comenta BAHIANA (1991:21):

(...) o governo João Figueiredo decide (...) continuar a estratégia de ocupar a região e esboça um plano intensivo de colonização - O POLONOROESTE a custo total estimado de 1,5 bilhão de dólares, com o objetivo de reconstruir e pavimentar a Cuiabá-Porto Velho (...) bem como (...) implementar projetos paralelos para promover o povoamento, o

desenvolvimento agrícola e estradas vicinais na área de influência da rodovia Cuiabá-Porto Velho (...)

Salutares ou não, os objetivos propostos pelo programa POLONO-ROESTE foram alvo de grandes críticas por se traduzirem numa quase que total ineficiência institucional no que se refere à gestão de recursos (tanto financeiros como ambientais). Para melhor ilustrar observemos MARGULIS (1991:79):

Um exemplo dessa situação foi o Polonoroeste, em que o grande número de instituições envolvidas não pode, por si só, justificar o fracasso institucional observado: havia recursos alocados especificamente para a proteção do meio físico e humano, que, em última instância, era o próprio objetivo do programa, e na prática assistiu-se quase que passivamente a uma exaustão da base de recursos naturais em um ritmo no próprio contexto amazônico. Não faltaram igualmente recursos para que o asfaltamento da BR-364 (Cuiabá-Porto Velho) fosse concluído muito antes do prazo previsto, e também as demais estradas fossem construídas de acordo com seus cronogramas. Faltou, sim, determinação política para que os aspectos ambientais fossem diretamente considerados, e a ausência dessa determinação se traduziu por uma estrutura institucional bastante frágil em relação às suas atribuições (...)

A alocação de recursos oriundos do Banco Mundial, incentivou ainda mais o processo migratório, a abertura de novas malhas viárias e acentuou a expansão do processo de ocupação da terra, de modo que imediatamente aos anos que se seguiram, Rondônia recebeu um contingente populacional cuja a taxa média de crescimento anual passa de 4,76% no período de 1960 a 1970 para uma taxa de 16,03 % na década seguinte conforme dados do IBGE (1995)

Os dados revelam um crescimento significativo do contingente populacional num período de apenas 31 anos, o que significou sua duplicação a cada década. As taxas de incremento populacional nos onze anos que corresponde 1980 a 1991 estiveram acima das taxas referentes à Região Norte que obteve um percentual de 3,85% e da taxa do conjunto do território brasileiro que foi de 1,93% (IBGE, 1995; MOPU/PNUD/AECI, 1990).

Neste sentido é ingenuidade pensar que Rondônia pudesse manter sua floresta imune às perturbações ambientais promovidas por ação antrópica, principalmente quando se verificou grandes somas de capital interno e principalmente externo, alicerçando um modelo de ocupação caótico. O que chamou atenção nisso, foi a voracidade do fluxo populacional dentro do processo de ocupação da terra, que aconteceu sem o mínimo de planejamento e que, segundo BECKER (1990:149a), tal fluxo excedeu

(...) a capacidade de controle do INCRA, ocasionando a invasão de terras públicas e particulares com fortes conflitos, o que por sua vez, resultou num povoamento induzido não controlado, efeito não previsto e não desejado pelo Estado (...)

Mas até que ponto se pode pensar que esse povoamento induzido e não controlado não era estratégia estatal? Esse caos não fora previsto? Em termos de ocupação do espaço amazônico, as formas de ocupar tinham, num primeiro momento, colonos assentados em terras de má qualidade, cujo desdobramento era o repasse das terras a médios e grandes proprietários, uma vez que os pequenos agricultores não obtinham a infra-estrutura necessária e nem poder econômico que pudesse garantir sua permanência/fixação à terra. Isto tornou-se processo cíclico e lógico, logo previsível e, ao que tudo indica, previamente planejado. Essa situação agilizou a apropriação da terra, sem que as questões relacionadas aos conflitos agrários tivessem solução. Isso lembra um modelo de ocupação muito similar ocorrido no sul do País, a exemplo do Paraná.

Questões conflitantes, relacionadas à terra em Rondônia, sempre foram realidade, principalmente após 1975, quando o governo federal privilegia aquisição de terras em favor dos grandes proprietários, indo de encontro aos anseios e às necessidades do crescente fluxo demográfico, que almejava um pequeno pedaço de chão, de modo a garantir sua reprodução enquanto camponeses. Segundo BECKER (1990a: 157) inúmeros conflitos são marcados pela invasão de áreas não desejadas, onde

(...) grupos econômicos disputam a terra e as reservas madeireiras. A estratégia estatal para controle do povoamento é prejudicada por uma irracionalidade advinda da trama das diversas instituições que disputam o poder no Estado, acrescida da pressão exercida pelo Banco Mundial para preservação ecológica(...)

É interessante observar que durante o desenrolar desses conflitos, a complexidade entre os mesmos tendem a aumentar e notabilizam-se por se

distinguirem entre os atores, como também nos "tipos" de áreas disputadas (terras indígenas, áreas de proteção ambiental, terras devolutas, grandes fazendas - latifúndios, lotes rurais, lotes urbanos etc.). BECKER (1990b) elenca, entre os principais atores participantes desses conflitos, os índios, os posseiros, os fazendeiros, madeireiros, instituições governamentais e mais recentemente, as organizações não-governamentais - ONGs.

Os tipos de áreas disputadas vão desde as que circundam as zonas de colonização, até as terras particulares, públicas e as colocadas sob jurisdição dos diversos órgãos estatais (INCRA, FUNAI, IBAMA, etc.). Dentro desta perspectiva é possível identificar e, através de vários cruzamentos, relacionar e tipificar os inúmeros conflitos existentes em Rondônia, entre os quais destacam-se:

conflitos existentes entre as madeiras, indígenas, INCRA, dentro das reservas públicas. Característicos principalmente da porção centro-sul do Estado, ocorrem basicamente em função da disponibilidade de madeiras de lei, como o mogno e a cerejeira, cuja comercialização tem gerado muita riqueza;

conflitos entre posseiros/INCRA **versus** índios/FUNAI. São caracterizados principalmente pelo adentramento de posseiros e/ou colonos, em áreas de mata nativa, que muitas vezes nada mais é do que áreas de reservas indígenas. Logicamente a FUNAI, em contrapartida, reclama a área ocupada;

finalmente, conflitos existentes entre os posseiros **versus** Poder Público local e Loteadores, característicos de áreas de reservas urbanas. Este tipo de conflito consiste na ocupação das áreas de reserva periférica de núcleos urbanos.

Certamente a necessidade de se ocupar a terra significou, entre outras coisas, a expansão da degradação de áreas de floresta nativa, para dar lugar a atividade agropastoril, pondo em discussão não só regionalmente, mas nacional e internacionalmente, a idéia de preservação e conservação do ecossistema amazônico. A década de 80 será marcada por uma série de problemas ambientais decorrentes do processo de ocupação desordenado, como observa BAHIANA (1991:20):

(...) O meio final da década de 80 vai se caracterizar pelo surgimento de uma problemática nova, no que tange à inserção da Região Norte no contexto do País. Ao discurso da ocupação e integração, característico dos anos 70, surgirá todo um questionamento quanto ao caráter e às conseqüências desta ocupação para a natureza e a sociedade locais (...)

Os anos que se seguem a 1980 são marcados pela contrapartida do processo de ocupação, remetendo-nos a uma nova problemática, que é a questão da degradação ambiental e seu impacto para as comunidades locais.

O entendimento do processo histórico de ocupação de Rondônia, se apresenta como um importante elo de reflexão para mensurar onde as falhas são ou foram mais contundentes no ambiente, de modo que se possa trabalhar para reversibilidade de problemas ambientais, decorrentes do processo aqui descrito.

BIBLIOGRAFIA

- BAHIANA, L.C. O Norte na Organização Regional do Brasil. in: MAGNAGO, A.A. et. al.. **Geografia do Brasil: região norte**. vol. 03, Rio de Janeiro, IBGE, 1991, p. 15-23
- BECKER, B. K. **Geopolítica da Amazônia: A fronteira de novos recursos**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.
- BECKER, B. K. MIRANDA, M. e MACHADO, L. O. **Fronteira Amazônica: Questões sobre a gestão do território**. Brasília, Ed. UNB/UFRJ, 1990a.
- _____. **Amazônia**. São Paulo, Ática, 1990b.
- _____. Amazônia Brasileira: uma área crítica no contexto geopolítico mundial. in: **O ambiente Inteiro: A contribuição crítica da universidade à questão ambiental**. Rio de Janeiro, Ed UFRJ, 1991.
- BURSZTYN, M. A. A. **Gestão Ambiental: instrumentos e práticas**. Brasília, IBAMA, 1994.
- CARDOSO, F.H. e MULLER, G. **Amazônia: Expansão do Capitalismo**. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1978.
- COLLYER, F. **A Farsa da Preservação da Amazônia**. Manaus, Ed. Calderaro, 1980.
- HEES, D. R. Os povos da floresta, os imigrantes e os modelos de ocupação territorial: impactos e alternativas. in.: **Revista Brasileira de Geografia, vol. 52, n° 03, Rio de Janeiro - IBGE**, 1990.
- IBGE/SUDAM. **Projeto Zoneamento das Potencialidades dos Recursos naturais da Amazônia Legal**. Rio de Janeiro, IBGE, 1990. 212p.
- IBGE. **Censo Demográfico - 1991- Situação Demográfica, Social e Econômica: primeiras considerações - estado de Rondônia**. Rio de Janeiro, IBGE/DP, 1995. 25p.
- IBGE. **Atlas de Rondônia**. Rio de Janeiro, edição em convênio com o Território Federal de Rondônia, 1975.
- LISBOA, P. L. B. **Rondônia: Colonização e Floresta**. Programa POLONOROESTE, Relatório de Pesquisa nº 09 - CNPq, AED, Brasília, 1990.
- MARGULIS, S. A Economia e o Desenvolvimento Sustentado. in: **TAUK, S.M. (org.) Análise Ambiental: Uma visão multidisciplinar**. São Paulo, Ed. UNESP/FAPESP, 1991. p. 78-82
- MEIRELES FILHO, J. **Amazônia: O que fazer por ela?** São Paulo, Companhia Editorial Nacional, 1986.
- MESQUITA, M.G.G.C.; EGLER, E.G. Povoamento. In: **A Organização do Espaço na Faixa da Transamazônica**. Rio de Janeiro, IBGE, 1979.
- MONTEIRO, C.A.F. **A Questão Ambiental no Brasil: 1960-1980**. São Paulo, USP/IG (série teses e monografias nº42), 1981.
- MOPU/PNUD/AECI. **Desarrollo y Medio Ambiente en América Latina y el Caribe: una vision evolutiva**. Madri, Ministério de Obras Públicas y Urbanismo, 1990.
- MOURA, M.M. **Camponeses**. São Paulo, Ática, 1986.
- OLIVEIRA, A. U. **O Modo Capitalista de Produção e Agricultura**. São Paulo, Ática, 1986.
- _____. **Integrar Para (não) Entregar: políticas públicas e amazônia**, Campinas-SP, 2ª edição, Papirus, 1991.
- _____. **Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos**. Campinas-SP, 3ª edição, Papirus, 1990.
- REIS, Arthur César Ferreira. **A Amazônia e a Cobiça Internacional**. Ed. Civilização Brasileira/SUFRAMA, Rio de Janeiro, 1982.
- RONDÔNIA. Secretaria de Desenvolvimento Ambiental. **Desmatamento em Rondônia (1978 a 1993)**. Porto Velho, SEDAM/SEPLAN/PNUD, 1996. p.46.
- SALATI, E. et. al. **Amazônia: desenvolvimento, integração e ecologia**. São Paulo, Brasiliense/CNPq, 1983.
- SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo, Ed. Nobel, 1985.

SILVA, A. G. DA. **No Rastro dos Pioneiros: um pouco da história rondoniana.** Porto Velho, SEDUC, 1984.

* Professor do Depto de Geografia
Coordenador do LABOGEOH
Pesquisador do CEI/UFRO